



DA ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA À ECONOMIA URBANO-INDUSTRIAL: CINCO SÉCULOS DE LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

Neolam Marcelo Barbosa de Moraes

Resumo

Este trabalho aborda a dinâmica de mais de cinco séculos da luta camponesa pela terra durante o processo de formação territorial do Brasil. Tal processo é resultante da mundialização do capitalismo, segundo uma dinâmica contraditória e conflitiva, peculiar desse sistema. Para tanto, analisamos o período agrário-exportador para identificar como a plantagem criou as condições para o surgimento da classe camponesa a partir da exploração da força de trabalho dos indígenas, africanos escravizados e imigrantes. Em seguida, se observa como o surgimento da dinâmica urbano-industrial a partir de 1930 intensificou o processo de lutas travada por novas resistências camponesas em prol do direito à terra e da reforma agrária, em lado oposto, se analisa a contra-resistência criada pela aliança entre a velha elite agrária-exportadora e a nova classe econômica urbano-industrial, que, para manterem seus privilégios, persistem em atuar contra avanços na política de reforma agrária e no processo de territorialização e reterritorialização camponês, o que resultou na chamada “modernização conservadora” do campo brasileiro.

Palavras chaves: formação territorial, latifúndio, camponês e reforma agrária.

Abstract

This work addresses the dynamics of more than five centuries of the peasant struggle for land during the process of territorial formation of Brazil. This process is the result of the globalization of capitalism according to a contradictory and conflicting dynamic peculiar to this system. To this end, we analyzed the agrarian-exporting period to identify how

planting created the conditions for the emergence of the peasant class from the exploitation of the labor force of the indigenous enslaved Africans and immigrants. Then, one observes how the emergence of urban-industrial dynamics since 1930 intensified the process of struggles waged by new peasant resistances in favor of the right to land and agrarian reform on the opposite side, the counter-resistance created by the alliance between the old agrarian-exporting elite and the new urban-industrial economic class, which, in order to maintain their privileges, persist in acting against advances in agrarian reform policy and in the process of territorialization and peasant reterritorialization, which resulted in the so-called “conservative modernization” of the Brazilian countryside.

Keywords: territorial formation, latifundiun, peasant and agrarian reform.

INTRODUÇÃO

A questão agrária é um dos principais entraves existentes para superar a grande desigualdade social existente no Brasil. No entanto, para além da problemática da desigualdade social, a dinâmica do mundo globalizado a qual se atrela as pressões do neoliberalismo, somada a crise alimentar e ambiental, além de outros fatores, torna o entendimento sobre a questão agrária ainda mais complexo, como também, mais urgente. Girardi (2008), aponta que para o maior movimento social de trabalhadores rurais que lutam pela terra no Brasil atualmente, o MST:

A questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio-ambiente (água, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica.

Neste sentido, essa variedade de problemáticas referente a questão agrária acirram ainda mais os conflitos sociais no campo brasileiro. Conflitos estes que são uma marca do processo de ocupação do campo brasileiro (OLIVEIRA, 1994). Processo este que está atrelado a atual formação territorial do país. Neste sentido, torna-se necessário compreender o processo geo-histórico em que se deu o acesso à terra, e a luta mais recente dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária de cunho redistributivo visando corrigir injustiças sociais históricas que se materializam na atual estrutura fundiária brasileira.

Destarte, consideramos que o desenvolvimento do capitalismo é marcado pela contradição, assim como considera Oliveira (2007). Portanto, o processo de formação territorial do Brasil atrelado a expansão do capital no campo, fez surgir dialeticamente duas classes, os latifundiários que veem na terra sua finalidade rentista e não a sua função social e, em oposição, a classe camponesa que percebem a terra como meio de sobrevivência.

Na abordagem em tela, consideraremos dois períodos, o primeiro, corresponde ao período agrário exportador que vai dos primeiros anos de ocupação territorial até 1930. Ao abordar esse período, analisamos a relação do tripé latifúndio, monocultura e mão de obra (escrava e imigrante) no processo de formação territorial e a consequente disputa pela terra. O segundo período, começa em 1930, ano que marca o início da mudança da nossa estrutura econômica em direção a consolidação de uma economia urbano-industrial, a qual se estende até a os nossos dias, onde se analisa a permanência das antigas estruturas agrárias dentro de uma nova realidade econômica que foi produzida pela adoção das políticas desenvolvimentista e de integração nacional, promovendo uma “modernização” tida como conservadora e, portanto, que estimula novas resistências camponesas através da luta pela terra e pela reforma agrária frente a poderosa aliança entre latifundiários e a “moderna” burguesia industrial.

O artigo em tela está balizado na seguinte problemática: apreender como o processo de formação territorial brasileiro estabeleceu uma estrutura fundiária altamente concentradora e conflitiva, dando origem a duas classes sociais antagônicas, os latifundiários e os camponeses?

O objetivo é entender a origem da questão agrária brasileira, através da luta histórica dos camponeses pela terra e por uma reforma agrária de cunho redistributivo frente aos interesses dos latifundiários e do agronegócio.

Para responder a problemática em questão utiliza-se uma revisão bibliográfica relacionada ao processo de formação territorial e a questão agrária do Brasil, segundo uma perspectiva geo-histórica.

FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: PLANTAGEM E A ORIGEM DO CAMPESINATO

218

Com a expansão comercial promovida pelas grandes navegações novas intencionalidades territoriais foram estabelecidas a partir da divisão territorial colonialista que teve como marco o Tratado de Tordesilhas. Assim, a lógica dos povos autóctones sobre os espaços que habitavam passa a ser subtraída pela disputa territorial das terras americanas iniciada pelos países ibéricos e, mais tarde, ampliadas por outras potências imperialistas europeias como França, Inglaterra e Holanda, que contestando tal divisão, se lançaram também na disputa colonial. Segundo Erthal (2011, p. 258), “dada a cobiça de potências rivais nessas terras, o Estado Português resolveu iniciar o processo de colonização a fim de garantir, sem riscos, a sua possessão obtida em Tordesilhas (1494)”. De acordo com Prado Júnior (2004, p. 23):

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

A Coroa Portuguesa utilizou a terra como base para o povoamento e para exploração territorial. Adotou como estratégia de ocupação territorial e administrativa, as Capitanias Hereditárias, associadas ao sistema de sesmarias. Nas capitanias hereditárias as terras da colônia foram divididas em apenas 15 lotes, doados a apenas doze donatários como condição para exploração e desenvolvimento econômico, e não de posse. Os donatários eram responsáveis em doar sesmarias a fidalgos portugueses para atender ao objetivo maior de expandir e interiorizar o povoamento, caso não atendesse a tal, deveriam devolver a terra, Erthal (2011, p.259 apud SILVA.1990), “caberia ao donatário a concessão de 10 léguas de terras não contíguas de sua capitania e teria que destinar as demais para doações sob a forma do instituto jurídico português, as sesmarias”. Nas sesmarias foi adotado como sistema agrícola principal a plantagem, o qual tinha como base o tripé, latifúndio, monocultura para exportação e o trabalho escravo. Por sinal, a quantidade de escravos que tinha o proprietário era fator que determinava o tamanho da sesmaria que seria adquirida pelo mesmo. De acordo com Erthal (1990, p. 264):

A força de escravatura, que agraciava o súdito pela quantidade de escravo, tornou-se um fator fundamental à obtenção de sesmarias, na medida que a presença quantitativa de escravos, mão de obra cara e, em certas ocasiões, de

difícil obtenção, era importante indicativo da capacidade econômica do requerente.

Em menor grau, a agricultura camponesa também era praticada, e teve um importante papel histórico para o desenvolvimento das grandes culturas de exportação e para as atividades mineradoras, pois garantia o abastecimento para o mercado interno (GIRARDI, 2008). Segundo Erthal (1990, p. 265), “No interior de uma plantagem, além da monocultura destinada à exportação, praticava-se uma agricultura de gêneros de primeira necessidade, feita pelos chamados agregados (Sul) ou moradores (Nordeste) e pelos próprios escravos”. Ainda de acordo com Erthal (2011, p. 268), “A pequena produção fixava-se nas terras relegadas pela plantagem e nas terras virgens, à frente da grande propriedade ocupava pequenas parcelas de terra com uma área média de 25 ha”. Portanto, embora a lavoura de monocultura fosse predominante no processo de formação territorial, as lavouras de pequena produção exerciam uma importante função no que diz respeito ao abastecimento de gêneros alimentícios para as vilas e engenhos (ou fazendas).

O território do Brasil Colônia foi resultado de uma estratégia de exploração territorial estabelecida por oligarquias agrárias, basicamente de origem branca, que demarcaram seus latifúndios principalmente através de escravização, genocídio e consequente desterritorialização dos povos indígenas; da escravização e do massacre da população negra e da exploração da mão de obra imigrante (principalmente italiana). Na luta desses grupos contra tal opressão está a origem da classe camponesa brasileira.

NAÇÕES INDÍGENAS: ESCRAVIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E GENOCÍDIO

Para os povos indígenas o uso da terra era para toda a comunidade, adotavam práticas agrícolas para a sobrevivência sem devastar o meio natural, de onde retiravam a caça, a pesca e a coleta necessária apenas para suas necessidades alimentares básicas, nunca acumulando excedentes e se entendiam como parte da terra, não donos. De acordo com Ribeiro (1995, p. 31), “os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais”. Não existe um consenso, mas estima-se que em 1500 a população indígena era em torno de

220

cinco milhões de habitantes, após o processo de genocídio implantado durante o a formação do Estado brasileiro, essa população hoje é de aproximadamente um milhão de pessoas. Segundo Oliveira (1994, p. 15):

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vem sendo submetidos, há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros não pode ficar fora das muitas histórias de massacres no campo.

Durante o início do sistema de plantagem, os índios tiveram as suas terras expropriadas e foram escravizados, segundo Ribeiro (1995, p. 98), “a escravidão indígena predominou ao longo de todo o primeiro século, se constituiu em elemento fundamental para o início do empreendimento açucareiro”. De acordo com Furtado (2004, p.48), “a captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não-dedicados à indústria açucareira”. Ao longo do processo histórico de luta e resistência, essa população migrou no mesmo sentido leste-oeste em que se deu o processo de ocupação territorial da colônia, sendo a Amazônia a última fronteira de resistência dos índios contra a ocupação efetiva de suas cobiçadas terras, seja pelo agronegócio, por mineradoras, por garimpeiros ou madeireiras.

POPULAÇÃO NEGRA: ESCRAVIZAÇÃO E MASSACRE

Os africanos escravizados foram introduzidos no Brasil, a partir do século XVI, para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar e, gradativamente, passam a substituir a mão de obra indígena. Vários foram os fatores que tornaram desinteressante o uso da mão de obra nativa como a pouca resistência biológica às doenças trazidas pelo europeu; os Jesuítas eram contra a escravização destes que poderiam ser convertidos à fé católica; não terem o sistema capitalista assimilado pela sua cultura, o que os tornavam mais resistentes ao processo de escravização; eram conhecedores do território, o que facilitava a fuga do cativo, como também, o tráfico de escravos representava um promissor comércio para coroa portuguesa. De acordo com o IBGE, no estudo intitulado Brasil 500 anos, cerca de 5 470 000 africanos foram trazidos para o Brasil, tendo morrido no trajeto cerca de 13% da população escravizada. A maior parte desses seres humanos teve a sua força de

trabalho expropriada para as plantagens de cana-de-açúcar, minas de ouro e depois para as fazendas de café.

Durante todo o processo de escravidão os negros mantiveram resistência, seja através de revoltas dentro dos latifúndios e das minas, para onde a maior parte foram levados, seja através de fugas para se refugiarem em quilombos como o de Palmares. Segundo Ribeiro (1995, p. 118):

Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para tendo uma oportunidade fugir, sendo por isso supervigiado durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil.

De acordo com Oliveira (1994, p. 19-20), “Entre as várias formas que os negros tinham para lutar contra o sistema de opressão, uma das mais significativas foi a formação dos quilombos. Os quilombos eram lugares de resistência negra”. Embora a resistência negra tenha sido intensa durante o processo de escravidão, a correlação de fatores que interferiram no processo de abolição, resultou em uma abolição lenta e gradual que culminou com a Lei Áurea em 1888. O Brasil foi o país que mais utilizou mão de obra escrava e o último a acabar com a escravidão na América.

Neste contexto, a mão de obra escrava expropriada pelas oligarquias agrárias era a força que produzia a riqueza dentro dos latifúndios, então, nada mais justo que a abolição fosse atrelada a um processo de reforma agrária, em que tal população tivesse pelo menos reparada uma mínima parte de todo sofrimento e humilhação causadas pelas condições desumanas em que foram tratados durante a formação do Estado Brasileiro, onde tiveram contraditoriamente papel fundamental, já que a ocupação do território foi à custa de muita lágrima, suor e sangue derramados. André Rebouças, um dos principais abolicionistas, considerava que “era preciso dar terra ao negro. Que a escravidão é um crime. Que o latifúndio é uma atrocidade”. Assim, uma abolição atrelada a uma reforma agrária iria garantir aos escravos e aos seus descendentes a esperança de dias melhores e, certamente, uma sociedade menos desigual.

DAS SESMARIAS À LEI DE TERRAS: “O BATISTÉRIO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL”

O sistema de sesmarias foi a estratégia escolhida pela Coroa para promover o povoamento da colônia. Devido não atender efetivamente a ocupação do território, possibilitou que as terras fossem ocupadas também por posseiros, que apesar de conseguirem a posse de fato, não a conseguia por direito, já que a aquisição ocorria na informalidade, porém, de 1822 a 1850, ano que passa a vigorar a Lei de Terras, a única maneira de aquisição de terra vigente no Brasil foi a posse, pois tal período não teve nenhuma cobertura jurídica por parte do governo imperial que tratasse a questão. Segundo Erthal (1990, p. 264):

Observa-se que os habitantes livres e pobres (colonos, índios, caboclos etc.) que não tinham como atender às exigências legais para receberem concessões de terras, partiam para a ocupação daquelas livres ou devolutas, desde os primórdios da colonização.

Em decorrência das transformações socioeconômicas que passava o mundo devido a Revolução Industrial, a Inglaterra passa a pressionar o Brasil pelo fim da escravidão, impondo ao país um duro golpe, a lei Bill Aberdeen, que proibia o tráfico de escravos no Atlântico e, a partir de então, a escassez da mão de obra escrava para as lavouras cafeeiras seria questão de tempo. A solução encontrada pelo governo imperial e latifundiários foi o estímulo à mão de obra imigrante, tendo o governo o papel de mediador.

Neste contexto, é criada a Lei de Terras no Brasil, os latifundiários precisavam garantir seus privilégios ameaçados pela possível aquisição de terras por parte de escravos que viriam a ser libertos em um futuro próximo ou imigrantes que viriam substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café, mas, que almejavam conquistar a sua própria terra, o que os tornaria também, potenciais concorrentes das oligarquias agrárias dominante no tocante ao mercado de produtos agrícolas. Assim, a nova lei estabelece que o único acesso à terra no Brasil fosse através da compra, favorecendo desta maneira a já estruturada oligarquia agrária. A lei teve também o objetivo de angariar recursos para futuramente financiar a vinda dos imigrantes, a partir dos registros de imóveis rurais que seriam feitos no processo de legalização das terras que estavam nas mãos de posseiros ou que ainda não estavam legalizadas, as que não fossem registradas seriam consideradas terras devolutas, ou seja, devolvidas ao poder público.

Destarte, os novos tempos trazidos pela nova conjuntura política de autonomia do Brasil em relação a Portugal poderia ter deixado o legado de democratização do acesso à terra, corrigindo assim a concentração fundiária causada durante trezentos anos em que esteve vigorando o sistema de sesmarias, no entanto, a Lei de Terras garantiu a exclusão fundiária de pobres, negros libertos e imigrantes, como também, atestou a expropriação das terras indígenas pelo processo de expansão territorial no Brasil. De acordo com Sterdille (2012, p. 25):

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Tal lei, legitimou o domínio dos grandes latifúndios no território brasileiro em detrimento de pequenas e médias propriedades camponesas, como também, tornou a terra uma mercadoria para fins especulativos. A terra como mercadoria passou a ser um bem em si mesmo, quer esteja produzindo produtos agropecuários ou não, condição que não estimula o cumprimento da sua função social, além também de manter a relação de subserviência do camponês em relação ao latifundiário.

COLONOS IMIGRANTES: ALTERNATIVA À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

No século XIX a economia brasileira passou por grandes desafios referentes a oferta de mão de obra, as lavouras de café em franca expansão se deparavam com o problema da escassez de mão de obra, seja pelo processo de abolição gradativa em andamento no Brasil a partir de 1850, seja pela alta taxa de mortalidade da população escrava devido as condições desumanas a que eram expostas nos latifúndios. A solução encontrada pelo governo foi estimular a imigração de europeus, em particular de italianos, que vindos como trabalhadores assalariados, se submeteram a situações de exploração em que pesa principalmente a mais valia. Segundo Furtado (2004, p.132):

O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade.

Nestas condições se deu o colonato nas plantagens da região Sudeste do Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, que teve um número de imigrantes cada vês mais crescente até o fim do século XIX. Ainda de acordo com Furtado (2004, p. 134), “O número de imigrantes europeus que entram nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”.

Na relação de trabalho entre latifundiário e imigrante, não poderia se esperar outra coisa, se não, a precariedade das condições de sobrevivência dos colonos, que, embora não se compare a do período escravocrata, foi a que o substituiu em seguida, destarte, a estrutura conservadora das oligarquias agrárias montadas durante mais de três séculos com base no trabalho escravo, jamais adotariam como referência um padrão de dignidade humana para que o trabalhador imigrante fosse integrado, deixando os colonos reféns das baixas remunerações que recebiam, não conseguindo muitas vezes saudar as dívidas nos barracões das fazendas onde adquiriam seus mantimentos, sendo impedidos pelos capangas das fazendas de ir embora enquanto não quitasse as dívidas, para os dias atuais, tal realidade se configuraria em uma situação análoga ao trabalho escravo.

Diante do exposto, as greves foi a estratégia de luta e resistências adotada pelos colonos contra as péssimas condições de trabalho. De acordo com Oliveira (1994, p. 21), “as greves dos colonos nas fazendas de café foram quase sempre reprimidas pelos capangas armados”. Geralmente os movimentos eram provocados pela deterioração das relações estabelecidas no colonato (OLIVEIRA, 1994). A repressão policial era o caminho adotado pelos latifundiários do café para fazer valer os seus interesses em detrimento dos direitos dos trabalhadores imigrantes.

Destarte, os imigrantes trabalhadores das fazendas de café, principalmente italianos, somam-se aos indígenas e aos africanos escravizados como grupos sociais que forma a origem do campesinato no Brasil. Tais grupos sociais, cada um em sua época, foram o “elo dinâmico” da tríade latifúndio, monocultura e mercado externo, a qual sedimentou durante o período agrário exportador, as bases para grave questão agrária atual, já que, indígenas, escravos africanos e imigrantes tiveram expropriada a sua força

de trabalho e o direito à terra lhes foi oficialmente roubado ou negado pela Lei de Terra em prol de uma elite agrária, os latifundiários.

PERÍODO URBANO-INDUSTRIAL: ALIANÇA ENTRE O NOVO E O VELHO

Na década de trinta, o governo Vargas inaugura no Brasil uma nova estrutura econômica ancorada no modelo de substituição de importações e no capital estatal. Segundo a conjuntura econômica pós-crise de 1929, tem início o processo de industrialização com a implantação da indústria de base no Sudeste. Portanto, “É com o governo de Vargas que a indústria assume a posição de carro-chefe do crescimento econômico do Brasil e desempenha uma importância fundamental na consolidação do território nacional” (SPÓSITO, 2012, p. 146).

Uma segunda etapa no processo de consolidação do território nacional acontece com a política desenvolvimentista do Governo JK, através do Plano de Metas, que atrai o capital privado internacional. De acordo com Scarlato (2011, p. 339), “Os anos que se seguiram à segunda Guerra Mundial marcaram mudanças na divisão internacional do trabalho, pois as grandes empresas multinacionais passaram a instalar subsidiárias em vários países subdesenvolvidos”. A construção de Brasília e a forte política rodoviária iniciada por JK, além de atrair as grandes montadoras de automóvel, possibilitou o fortalecimento da integração regional brasileira, ligando o centro econômico e industrial, o Sudeste, as regiões periféricas e seus respectivos centros urbanos.

Os governos militares deram prosseguimento ao processo de industrialização ampliando o já estruturado parque industrial do Sudeste, como também, viabilizando polos de desenvolvimento regional fora dessa região, como Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre, entre outras cidades. Nesta nova dinâmica econômica, o campo passou a ser cada vez mais atrelado a cidade, principalmente aos grandes centros urbanos, que além de consumirem alimentos e matérias-primas para a dinâmica urbano-industrial, passaram a fornecer ao campo insumos agrícolas e serviços. Tal relação foi selada com o processo de êxodo rural agravado pela mecanização agrícola e o conseqüente avanço dos latifúndios sobre propriedades camponesas, transferindo um exército de mão de obra reserva do campo para as periferias das cidades, causando

inchaço urbano e novos bolsões de miséria, o que já acontecia nas grandes cidades do Sudeste. De acordo com Oliveira (2011, p.467-468), “desde a década de 60 a população urbana ultrapassa a rural. (...) em 2000 a população urbana representava mais de 81% da população total do país”, ainda segundo o mesmo autor, “praticamente a metade da população urbana está concentrada nas regiões metropolitanas”, desta maneira, as grandes regiões industriais tornam-se o *locus* de concentração da força de trabalho e também do capital (OLIVEIRA, 2011). Tal processo também acarretou importantes alterações no campo político, a elite agrária perdeu gradativamente espaço para uma elite industrial em ascensão, no entanto, continuou com força suficiente para fazer valer seus interesses sobre as estruturas produtivas do campo.

A política nacionalista dos governos militares deu continuidade ao processo de integração inter-regional, tendo como objetivo principal atender a estratégia geopolítica de povoar os vazios territoriais e demográficos das regiões Centro-Oeste e Norte, através da transferência de produtores rurais das já saturadas regiões agropecuárias do Sul e Sudeste, como também, de camponeses nordestinos oriundos principalmente de áreas de tensão social da região. É principalmente através do Programa de Integração Nacional - PIN, criado durante o governo Médici, que vão ser colocadas em prática ações para este fim, para tanto, foram construídas rodovias para direcionar o fluxo de imigrantes, entre elas, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém e, paralelo a estas iniciativas, a implantação de projetos de colonização e de mineração que agregaram parte da mão-de-obra imigrante. Na teoria, tal estratégia visava ocupar os vazios territoriais e demográficos ao mesmo tempo que aliviaria as tensões sociais nas áreas rurais do Nordeste, porém, na prática, criou uma zona de tensão fundiária e social típica de uma nova fronteira agrícola.

O ambiente de tensão social no campo das velhas e novas áreas agropecuárias foi agravado pela política de crédito rural implementada a qual privilegiava as grandes e médias propriedades deixando em segundo plano a propriedade camponesa. Segundo Hespanhol (2007, p. 274), “a modernização da agricultura, desencadeada no país nos anos de 1950, tornou-se expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965”. No entanto, ainda de acordo com Hespanhol (2011, p. 274):

A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram

227

precárias, não foi atendida pelo o crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica e permanecer no campo.

Desse modo, no campo se promoveu uma “modernização conservadora”, já que praticamente manteve os privilégios dos grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos agricultores, assim, a elite urbano-industrial que se consolidou até então, ao invés de defender uma ampla reforma agrária visando dinamizar e fortalecer as relações econômicas no país, como aconteceu na Europa a partir da Revolução Francesa, foi na contramão dessa lógica, preferindo se unir a antiga elite agrária brasileira. Miralha (2006, p. 154, apud STÉDILE, 1997, p. 95-96):

[...] as burguesias industriais recém-chegadas ao poder, a partir da Revolução Francesa, compreenderem a magnitude deste problema agrário, da concentração da propriedade como uma trava ao desenvolvimento mesmo do capitalismo, e trataram de buscar uma solução sensata. Propuseram a distribuição. A democratização da propriedade da terra, e chamaram esse processo de reforma agrária.

O período de 1930 a 1980 marcou a implantação e consolidação do modelo desenvolvimentista e da economia urbano-industrial brasileira, porém, deixou como saldo a escalada da inflação e uma grande dívida externa, o que afetou a capacidade de investimento do Estado brasileiro em políticas sociais e em infraestrutura durante a década de 1980, porém,

mesmo com a profunda crise, as fronteiras agrícolas situadas nas zonas de cerrado do Brasil Central continuou em franco movimento, em decorrência da expansão da agricultura em bases empresariais vinculadas a produção de grãos, principalmente de soja e milho, e da instalação de agroindústrias, por meio da implantação do mesmo modelo predatório de exploração agropecuária já condenado no centro-sul do país. (HESPANHOL2007, p. 275).

A década de 1980, além de ser marcada pelo processo de redemocratização do Brasil, marca o fim do período desenvolvimentista devido a nova conjuntura econômica mundial estabelecida pelo o avanço do neoliberalismo. O FMI e o Banco Mundial impõem aos países devedores severas políticas econômicas exigindo o desmonte do Estado desenvolvimentista e a abertura econômica. Neste contexto, os juros da dívida externa desestabilizou as finanças do país, pressionando ainda mais a taxa de inflação do primeiro Governo da reabertura política, o de José Sarney, fazendo que seus sucessores Collor e FHC, apostassem no receituário neoliberal para poder superar a crise

inflacionária, promovendo privatizações e a liberalização da economia, tendo como uma das consequências, o início de um processo de desindustrialização. Na contramão da desindustrialização, o agronegócio ganhou cada vez mais força, dando um novo impulso as transformações de caráter econômico, social, ambiental e cultural no campo.

Os governos progressistas do PT, mantiveram o controle da inflação que ocorreu paralelo a um período de elevação dos preços dos commodities no mercado externo, ajudando que o PIB crescesse razoavelmente bem durante o período. O momento de pujança econômica vivido na maior parte do governo da Era PT foi aproveitado para que se efetivasse vários avanços na área social, que atingiu tanto os espaços urbanos como os espaços rurais, porém, a alta dos commodities associada a uma política de incentivo aos biocombustíveis foi um estímulo a mais para o avanço do agronegócio no Brasil, que teve amplo apoio do governo em relação a liberação de recursos, não acontecendo o mesmo com a agricultura familiar. De acordo com Hespanhol (2007, p. 276):

Na safra 2003-2004, o PRONAF recebeu 4,4 bilhões de reais e o agronegócio, 33 bilhões. Na safra 2004-2005, PRONAF recebeu 7 bilhões de reais e o agronegócio, 38 bilhões. Para a safra 2005-2006, foram disponibilizados 9 bilhões de reais para o PRONAF e 44 bilhões para o agronegócio.

Destarte, com o agronegócio se fortalecendo em relação a agricultura camponesa, houve estímulo a continuidade de novas tensões sociais e ambientais no campo, principalmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Nesta nova realidade, não só os grandes proprietários continuaram a recorrer ao antigo artifício da grilagem, mas também, empresas capitalistas que passaram a adquirir terras, principalmente na Amazônia, formando enormes latifúndios com fins basicamente especulativos, acirrando ainda mais os conflitos territoriais na região.

A união entre elite agrária e urbano-industrial tem possibilitado a permanência de uma estrutura fundiária concentrada e extremamente desigual, o que vem sendo possível graças a sabotagem feita por estas elites em alguns poucos momentos do período urbano-industrial em que a conjuntura política e econômica do país esteve mais favorável a uma mudança de paradigmas na estrutura fundiária. Foi assim na década de 1930, quando começa a ascender a burguesia industrial no país, a qual poderia ter optado por defender uma estrutura fundiária mais equitativa e dinâmica, mesmo em prol dos seus próprios

interesses; também durante o governo de João Goulart, que propôs uma reforma agrária efetiva, mas as forças conservadoras que eram contrárias a tal proposta foram mais fortes, com o apoio dos militares, impuseram ao governo um golpe de Estado. Também se repetiu na constituição de 1988, quando apesar da reabertura política, as elites agrárias fizeram valer seus interesses e, também, nos governos do PT, o qual se esperava uma mudança efetiva em relação a questão, promovendo de fato uma reforma ampla e redistributiva, o que não aconteceu, no jogo das forças políticas, mais uma vez, os interesses das elites se impuseram.

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL URBANO-INDUSTRIAL: AS NOVAS RESISTÊNCIAS CAMPONESA E AS CONTRA-RESISTÊNCIAS

Com o advento do período urbano industrial, a luta pela terra continua e ganha novos contornos, o latifundiário passa a ser também o capitalista urbano, e da luta camponesa, faz parte os trabalhadores do campo residentes tanto na zona rural como nas periferias das cidades. Segundo Santos, (2009, p. 10), “O Brasil durante séculos foi um país agrário, todavia, o campo brasileiro moderno repele os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos”. Na luta pela terra, estes trabalhadores somam-se aos índios, quilombolas, posseiros, comunidades tradicionais e tantos outros. Segundo Andrade (2011, p. 272):

Esta luta vem se desenvolvendo de forma diversa nas várias regiões geográficas em que se divide o país; nas áreas de povoamento antigo com a tentativa de reterritorialização, através do reconhecimento dos direitos de trabalhadores assalariados e dos pequenos produtores proprietários, parceiros e arrendatários; nas áreas de povoamento, com a tentativa de reconhecimento da propriedade e da posse da terra por parte de migrantes que, partindo das áreas de povoamento antigo, procuram obter terras e ter direitos reconhecidos nas frentes de expansão e nas frentes pioneiras.

Em resposta a concentrada estrutura fundiária herdada do período agrário-exportador para a economia urbano-industrial, novas resistências são formadas possibilitando a continuidade da luta pela terra. Neste sentido, a expansão do capital desenvolve de forma articulada e contraditória as relações não capitalistas de produção, ou seja, a produção camponesa, (OLIVEIRA, 2001). Assim, as Ligas Camponesas, primeiro grande movimento de luta e resistência camponesa a favor da reforma agrária

no Brasil, surgiram na década de 1940, mais especificamente no Engenho Galileia, localizado na Zona da Mata de Pernambuco, um dos primeiros berços do latifúndio no país. De acordo com Oliveira (2001, p. 110):

O avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas, deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto. A luta de classe ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses. É nesse ponto que está a inflexão da luta de classe. Ela ganha sua dimensão maior: a luta contra o capital.

O movimento começou devido a mobilização dos foreiros contra os preços extorsivos cobrados pelos arrendamentos de terra. Segundo Oliveira, (2007, p. 106 apud RUGAI BASTOS, 1984):

Nesse engenho, no ano de 1954, o aluguel anual estabelecido por hectare era de Cr\$6.000,00. Na região, no mesmo ano, o preço de venda da terra variava entre Cr\$10.000,00 e Cr\$15.000,00 por hectare. Isso equivalia a que o pagamento de dois anos de renda correspondesse ao valor da terra arrendada.

Devido as precárias condições que se encontravam os pequenos agricultores e trabalhadores rurais no Nordeste frente aos latifundiários, a mobilização pela reforma agrária ganhou a adesão de outras categorias de camponeses, que se espalharam pelos Estados nordestinos e depois pelo Brasil. As ligas contribuíram para que a pauta da reforma agrária ganhasse dimensão nacional provocando reações a favor e contrárias, a primeira, defendida pelo governo João Goulart e alguns setores progressistas da sociedade, era a reforma agrária como condição para levar justiça social ao campo, combater a miséria, como também, promover a modernização econômica atrelada a criação de um mercado consumidor mais sólido e uma produção agropecuária capaz de atender as necessidades da dinâmica econômica urbano-industrial, no entanto, outra, praticada pela influente elite agrária, se colocava contra a reforma agrária.

Neste contexto, foram promulgadas a Lei n. 4.132, de 10 de setembro de 1962, o Estatuto da Terra (1º Estatuto da Terra), e a lei 4914/63, o Estatuto do Trabalhador Rural, o que representou um tímido avanço mediado pela ala política progressista, já que a poderosa ala política conservadora retardou a efetivação de mudanças mais profundas na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, com fim a manter o caráter

rentista da terra via indenizações a preço de mercado, e preservar a mais valia através de um tímido avanço na legislação trabalhista que atendia trabalhadores rurais

A ações de João Gulart para promover uma reforma agrária mais efetiva estimulou a mobilização das elites agrárias, industriais e os militares em prol do Golpe de 64. Tal aliança se deu no sentido de combater violentamente e anular as lutas camponesas pela reforma agrária, mantendo o status quo, para tanto, no mesmo ano do golpe, os militares criam um novo Estatuto da Terra (Lei nº4.504, de 30/11/64) que, na prática, só serviu para dar satisfação as pressões internas e externas por mudança na concentrada estrutura fundiária brasileira. Segundo Oliveira (2007, p.121), “a realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária”.

Dessa maneira, o Estado produz todo o aparato burocrático para promover o que Ariovaldo Umbelino chama de contra-reforma agrária, criando o IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, que mais tarde são fundidos dando origem ao atual INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Tal estrutura criada teve como uma das metas promover o assentamento de “*trabalhadores nordestinos sem-terra, nas terras sem homens da Amazônia*”. O projeto Amazônia, ao deslocar camponeses nordestinos e proprietários de terra do Centro-Sul em direção aos projetos de colonização do território amazônico, estabeleceu não apenas uma nova frente de expansão agropecuária, mas também, uma nova frente de conflitos fundiários que envolve uma ampla diversidade de grupos sociais como índios, posseiros, latifundiários, grileiros, madeireiros, garimpeiros, povos tradicionais, entre outros, tornando o arco da fronteira agrícola um verdadeiro *front de batalha* pela terra, onde várias vidas são constantemente tombadas, fazendo dessa área a mais violenta do campo Brasileiro.

Passado o período militar, no processo de redemocratização com o Governo José Sarney, é que se retoma a pauta da reforma agrária de caráter redistributivo, através do I PNRA e da nova Constituinte. Em torno do debate da reforma agrária surge a mobilização de novos protagonistas, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais, fundado em 1984, que junto a CPT – Comissão Pastoral da Terra, representa a luta camponesa pela reforma agrária, e, a UDR – União Democrática Ruralista fundada em 1985, representante

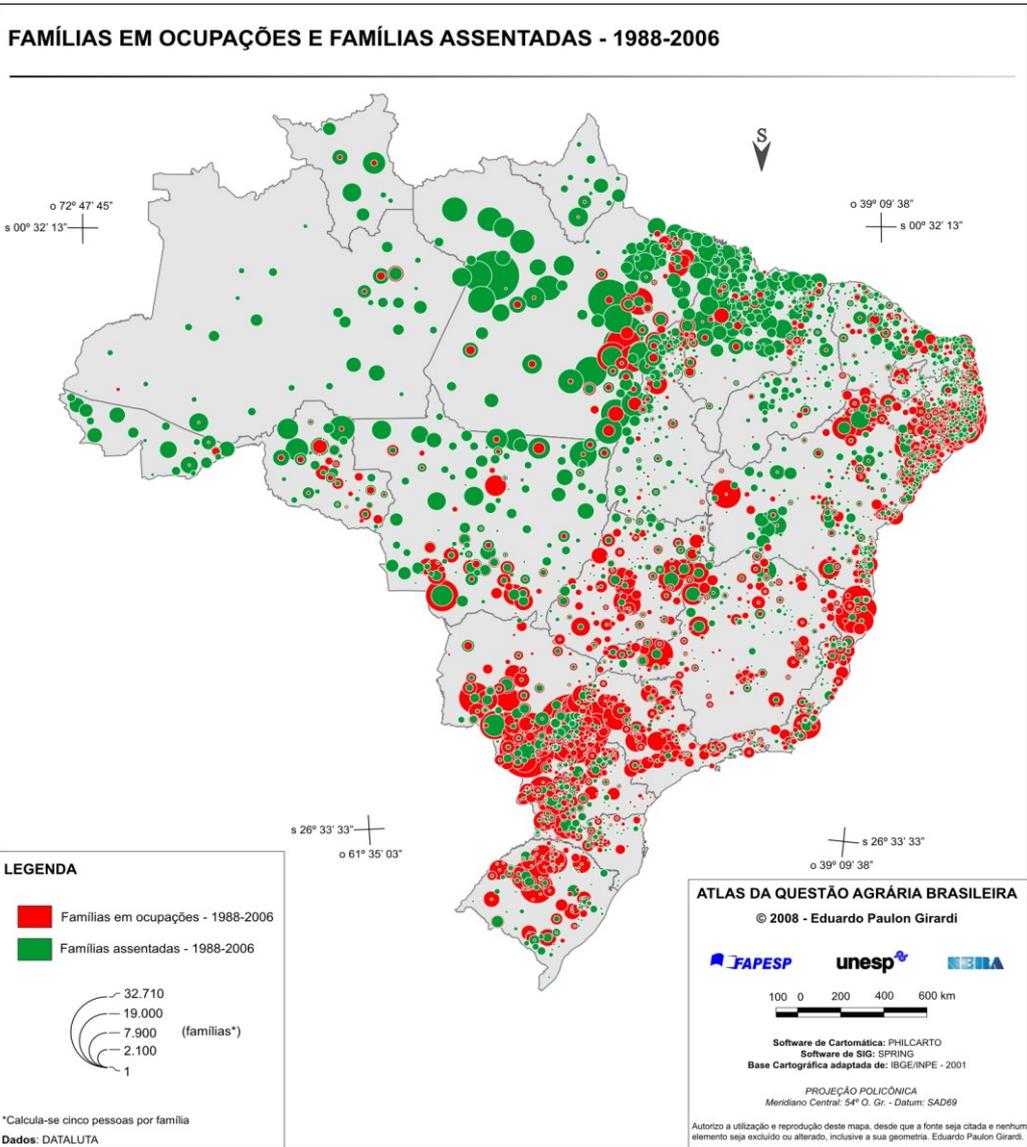
dos interesses dos latifundiários, com claro objetivo de barrar a reforma agrária do I PNRA e o avanço dos camponeses sem terra. De acordo com Oliveira (2007, p. 127):

A ampliação das ações da UDR ocorreu durante a Constituinte de 1988. Os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, e inscreveu na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964”.

No tocante aos assentamentos previstos o I PNRA foi um fracasso, já que:

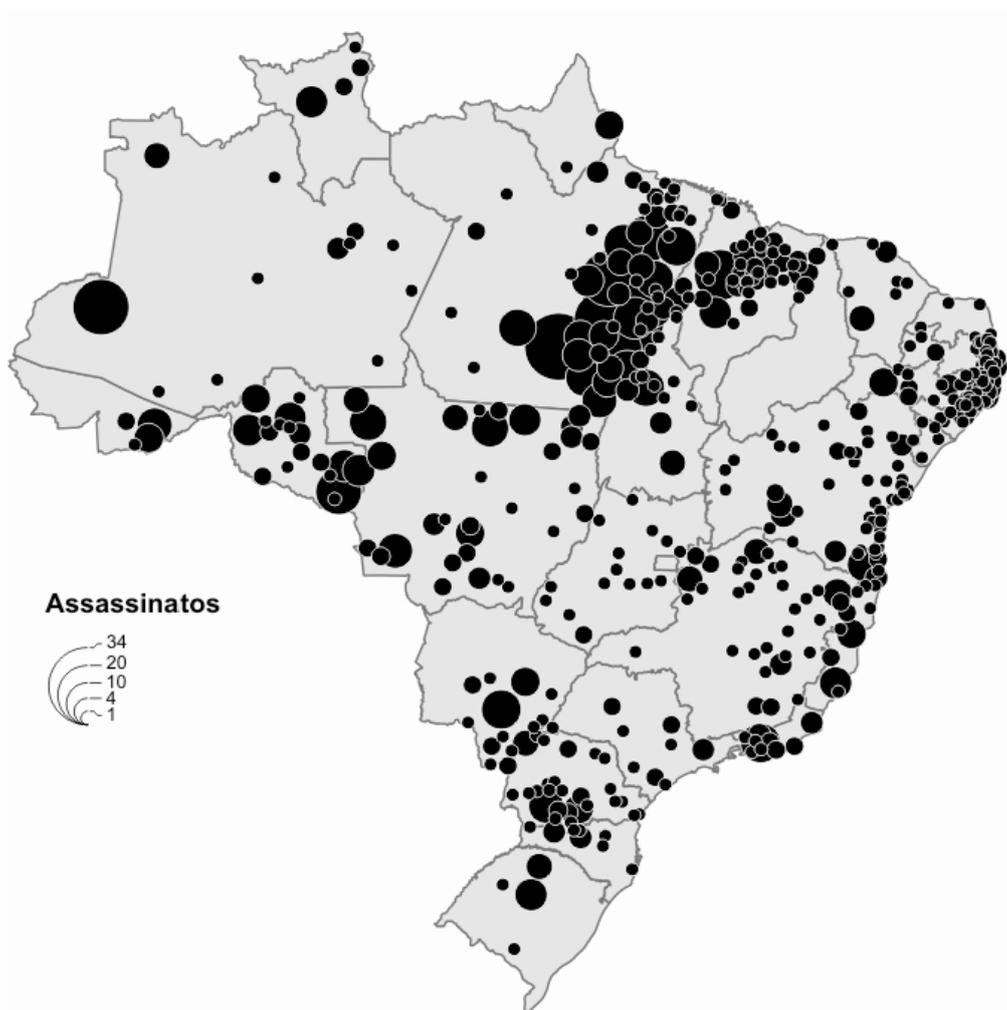
Menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, chegaram à terra, ficava provada, portanto, demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários. (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Paralelo ao avanço do agronegócio, principalmente em direção às novas fronteiras agrícolas abertas a partir da década de 1970, se observa o aumento da escalada da violência no campo, tendo o seu auge ocorrido no momento de ações e debates em torno do I PNRA e da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Em relação aos conflitos fundiários, a década de 1980 foi a mais violenta após a redemocratização, principalmente o ano de 1986 que registrou, segundo Oliveira (2007), cerca de 300 assassinatos, o que mostra a força dos latifundiários e a sua disposição em conter o avanço da reforma agrária no país. A dois mapas que seguem, mostra que boa parte dos assassinatos no campo ocorridas no Brasil entre 1986 e 2006, ocorreram justamente na área do arco da fronteira agrícola que avança sobre a Amazônia, mais especificamente, no leste-sudeste do Pará e centro-norte do Maranhão, região de intensa disputa territorial entre, de um lado, as famílias em ocupações e assentadas e, do outro, os latifundiários e grileiros.



Fonte: Eduardo Paulon Girardi, 2008.

Mapa da violência contra camponeses e trabalhadores rurais - 1986-2006



Fonte: Eduardo Paulon Girardi, 2008.

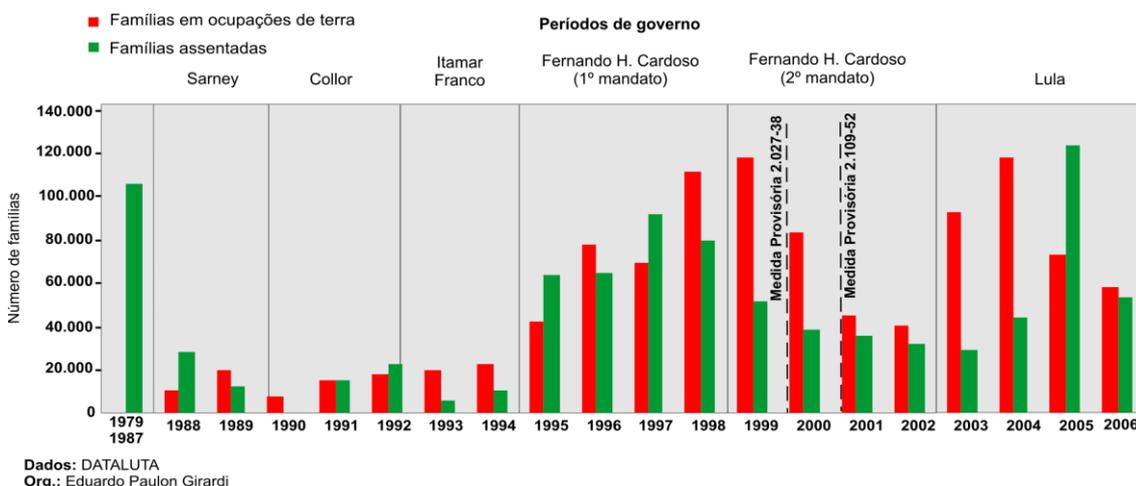
Há também que se destacar na sobreposição dos mapas, outras áreas tradicionais de disputas fundiárias, como a Zona da Mata nordestina e a região de divisa entre São Paulo (onde se encontra o Pontal do Paranapanema), Paraná e Mato Grosso do Sul, onde existe elevada taxa de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais.

Apesar do aumento da violência no campo ocorrido principalmente na segunda metade dos anos 1980, o MST manteve-se firme e organizado com as estratégias de ocupações, as quais aumentaram significativamente durante o primeiro governo de FHC, forçando uma resposta deste governo aos anseios sociais pela reforma agrária, pois teve em seu primeiro mandato o maior número de famílias assentadas, porém, não

235

propriamente por mérito do governo, mas sim, pela luta dos movimentos sociais, como destaca Oliveira (2007, p. 142), “a pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionaram o governo FHC há ampliar os assentamentos”.

A luta pela terra e sua conquista - 1979-2006



Fonte: Eduardo Paulon Girardi, 2008.

No mais, há de se destacar que o governo FHC deu a sua cara neoliberal com base nos preceitos do Banco Mundial ao processo de assentamento rural, promovendo uma reforma agrária dita de mercado, já que em parte dos assentamentos o governo apenas financiou através de programas como Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário, a transação de compra da terra entre o camponês e o proprietário das terras de acordo com os preços de mercado, fazendo a não reforma agrária. De acordo com Sauer (2010, p. 104), “esses quatro projetos ou programas (Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário), apesar de pequenas diferenças, constituem a materialização da “reforma agrária de mercado” no Brasil”.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, as expectativas dos movimentos sociais em relação a reforma agrária efetiva e de caráter redistributivo eram muitas, porém, este governo deu prosseguimento a chamada reforma agrária de mercado adotada no governo FHC, como caminho complementar a reforma agrária via

desapropriações de terras improdutivas. Sauer (2010), com base nos dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária, aponta que o Programa Nacional de Crédito Fundiário do governo Lulas tinha como meta assentar mais de 130 000 famílias entre 2003 e 2006. Esse modelo provocou a desmobilização de parte das famílias assentadas que trocaram a luta pela reforma agrária distributiva pelo financiamento da tão sonhada terra. O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. (SAUER, 2010, p. 122).

Os números de famílias assentadas diminuíram gradativamente do segundo mandato do governo Lula ao fim do governo de Dilma Rousseff. Assim, a força do atraso representada pela elite agropecuária conseguiu retardar o avanço da reforma agrária no Brasil desde a década de cinquenta até os dias atuais, exigindo dos movimentos sociais pró-reforma agrária mais luta, mais resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação territorial brasileiro atrelado a expansão do capitalismo ao ter como base o tripé latifúndio, mão de obra escrava e monocultura para o mercado externo, criou dialeticamente as condições de surgimento de relações não capitalistas de produção, no caso, o campesinato. Assim, durante todo o período agrário exportador, a escolha pela grande propriedade monocultora escravista deixou em plano secundário a existência da pequena propriedade camponesa, que embora exercesse um importante papel no abastecimento de gêneros alimentícios para a população da colônia, não recebeu a devida atenção dos governantes, seja da Coroa Portuguesa, ou seja do governo imperial e republicano brasileiro, sendo a sua existência condicionada a constante processo de luta e resistência pela terra, por parte dos camponeses.

Com o processo urbano-industrial surge a oportunidade de superar a retrógrada estrutura agrária brasileira, visto que um processo de reforma agrária redistributivo tornaria a economia mais diversificada e dinâmica, o que geraria uma maior capacidade de consumo para atender a produção industrial e dar suporte para a consolidação de uma ampla cadeia econômica, como também, corrigir injustiças sociais históricas cometidas

contra os povos indígenas, povos africanos escravizados, colonos imigrantes e pequenos agricultores, todos estes, compuseram o protocampesinato brasileiro. No entanto, a então nova elite industrial preferiu formar aliança com a velha elite agrária brasileira, para boicotarem (sempre que estivesse se sentindo ameaçadas) a democratização do acesso à terra no Brasil, mesmo que para isso tivesse que continuar com práticas políticas incompatíveis com o Estado democrático e de direito, ou com massacres da população camponesa, como foi o caso de Eldorado dos Carajás, práticas estas recorrentes na nossa história enquanto colônia e também Estado-Nação.

Neste sentido, avanços frente a “modernização conservadora” são alcançados através da constante luta dos movimentos sindicais e sociais como ligas camponesas, MST, CPT e tantos outros. Portanto, é preciso que a sociedade reconheça nestes movimentos a sua legitimidade, deixando de assimilar as campanhas de criminalização dos movimentos sociais deferidas por vezes pela grande mídia, que não raro “tapa os olhos e os ouvidos” em relação ao avanço indiscriminado do agronegócio sobre terras indígenas, quilombolas, de posseiros e, principalmente, terras públicas ou devolutas. É necessário que a sociedade perceba que a desigualdade social existente tem a mesma idade do Brasil e, mais importante ainda, é perceber que a reforma agrária redistributiva é sem dúvida o melhor caminho para combater tal desigualdade e construir um desenvolvimento justo e compatível com uma nação verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922-. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste** / -8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ERTHAL, Rui. **A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade**. In: **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial** / SANTOS, Milton... (org.) 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

FURTADO, Celso. 1920 **Formação Econômica do Brasil**. -33. Ed. — São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** / Eduardo Paulon Girardi. - Presidente Prudente: [s.n.], 2008.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **O desenvolvimento do campo no Brasil**. In: Bernardo Mançano. Maria Inez Medeiros Marques, Júlio Cesar Suzuki (Org.). -1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje** REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006 – ISSN 1806-6755 Revista NERA Presidente Prudente Ano 9, n. 8 pp. 151-172 Jan./Jun. 2006 151

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6ª Ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. São Paulo: Estud. av. vol.15 no.43Sept. /Dec. 2001. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acessado em 15 de janeiro de 2020.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.23.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras – 1995.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, coleção “Milton Santos – 6”, 2009.

SAUER, Sérgio. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro: vol. 18, n. 1, 2010: 98-126.

SCARLATO, Francisco. **O espaço industrial brasileiro**. In: ROSS, Jurandir(org.). Geografia do Brasil. 6. Ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. /, Eliseu Savério Sposito, Leandro Bruno Santos. – 1. Ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2012.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Informações sobre o autor:

Neolam Marcelo Barbosa de Moraes

Pós-graduando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Enviado em: 06/08/2020 e aceito em: 19/03/2021.